

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Direito nas Relações Econômicas e Sociais

MESTRADO



ecossistema
ânima

Índice

- 3 Introdução
- 4 Direito nas Relações Econômicas e Sociais
- 5 O curso e seus diferenciais
- 7 Linhas de pesquisa
- 9 Grupos de pesquisa
- 11 Com quem você vai estudar
- 16 Público-Alvo
- 17 O mercado de trabalho
- 18 O que os egressos dizem
- 19 Estrutura do Mestrado
- 20 Processo Seletivo

A man with a grey beard and mustache, wearing a dark blue suit jacket over a light blue shirt, is holding a tablet computer. He is looking off to the side with a thoughtful expression. The background is a solid teal color with some white geometric lines in the upper left corner.

INTRODUÇÃO

Com uma proposta contemporânea, alinhada aos novos tempos, o Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais da Faculdade Milton Campos busca aliar tradição e inovação. O curso valoriza a aplicação do conhecimento no cotidiano, em uma combinação de teoria e prática que prepara profissionais para múltiplas áreas do mercado de trabalho.

Advogados renomados, acadêmicos proeminentes, procuradores e um desembargador formam um corpo docente altamente qualificado, que fornece base sólida em duas frentes jurídicas: a do Direito Empresarial e a de relações entre cidadãos e o Poder Público.

Neste e-book, você vai conhecer as oportunidades que o programa oferece de pesquisa, extensão e parcerias internacionais, sempre com base em uma formação jurídico-discursiva sob a perspectiva do modelo democrático de sociedade construtora do Estado de Direito.



DIREITO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Na sociedade moderna, as relações entre os agentes econômicos e os fenômenos sociais emergem como objetos de análise fundamentais para o Direito. Essa cadeia de laços se manifesta nas mais cotidianas conexões entre os cidadãos e o Poder Público, da garantia ao acesso à internet até os direitos mais elementares como o da participação democrática.

Na prática, essa dinâmica engloba pesquisas sobre políticas públicas, livre iniciativa e sustentabilidade. O aprendizado do curso possibilita acompanhar também, a partir de um senso crítico, as movimentações

entre autonomia privada e interferência estatal no direito privado.

O Direito Empresarial, um campo jurídico tradicional, regula as atividades comerciais e disciplina os laços entre corporações, sócios, acionistas e demais stakeholders. Assim, ao fornecer caminhos de estudo tanto para o Direito Empresarial quanto para as relações econômicas e sociais na sociedade, a Milton Campos abre um leque de oportunidades para a formação de profissionais conscientes do caráter social e economicamente situado do saber jurídico.

“O principal atrativo do mestrado é contar com um corpo docente altamente reconhecido no mercado. Oferecemos um conteúdo pragmático voltado para a atuação profissional.”

André Rubião

*Coordenador do Mestrado em
Direito nas Relações Econômicas e Sociais*

O CURSO E OS SEUS DIFERENCIAIS

O Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais se destaca no mercado por entregar uma formação profunda que valoriza aspectos práticos sem deixar de reconhecer a importância da teoria.

Com o apoio de professores qualificados, o programa promove uma ponte entre a academia e o mercado, além de alinhar os alunos às mais renomadas experiências internacionais.



Oportunidades Internacionais

Os alunos podem contar com oportunidades de intercâmbio no exterior, em países como Portugal e França, como na Universidade Autónoma de Lisboa e na Universidade de Orléans. O atrativo enriquece a experiência acadêmica e amplia os limites do conhecimento para além das fronteiras do Brasil.



Bom Desempenho Em Avaliações

Com longa reputação nacional, a Milton Campos já figurou inúmeras vezes em listas das mais renomadas instituições e dispõe de histórico de alta aprovação na OAB. Também goza de credibilidade no mercado – exemplo disso é a pontuação do NPS (net promoter score) entre as maiores do Grupo Ânima.



Corpo docente

Professores com extensa experiência nacional e internacional dispõem de reconhecimento no mercado profissional, incluindo desembargador, procuradores, advogados renomados e acadêmicos de destaque.



Ensino Híbrido

A faculdade oferta aos estudantes a modalidade híbrida (com atividades presenciais e ensino a distância). As aulas das disciplinas são online, e outras atividades são presenciais a depender da natureza de cada uma. Por exemplo, estágios de docência e projetos de extensão exigem a presença no campus, enquanto seminários podem ser presenciais e também oferecer a opção de participação online.



O estudante do programa de Pós-graduação da FDMC também tem acesso a vivências fora da universidade. Um exemplo é o “Direito na Escola”, projeto pioneiro no Brasil no aprendizado de Direito nas escolas. A iniciativa em voga há mais de 10 anos, a partir da Lei nº 24.213/2022, inclui conteúdos sobre cidadania nos currículos das escolas estaduais de Minas Gerais. Neste projeto de extensão, os alunos do Mestrado podem dar aulas em escolas.

Para além da atuação nessa iniciativa, os estudantes ainda podem atuar como estagiários de docência ao auxiliar docentes em aulas de graduação. Há também a possibilidade de participar da organização de eventos acadêmicos.



“Uma das marcas do Mestrado da Faculdade Milton Campos é a conexão de suas pesquisas com a realidade jurídico-social. A aplicabilidade prática da produção acadêmica, produzida com seriedade e adequada metodologia científica, é uma característica dos estudos apresentados. E o amadurecimento da nossa produção acadêmica, constante e sempre com responsabilidade, mostra que essa anunciada união entre teoria e prática tem sido bem-sucedida. Vida longa ao programa!”

Luciano Santos Lopes

*Professor de Direito Penal Econômico
no Mestrado da Faculdade Milton Campos*

LINHAS DE PESQUISA

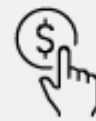
O curso oferece duas linhas de pesquisa:



Direito Empresarial na Ordem Econômica Brasileira e Internacional

Com décadas de tradição, esta linha de pesquisa é centrada na análise dos aspectos jurídicos e sociais associados à atividade empresarial. Explora o complexo cenário da globalização, a era digital e a preocupação com boas práticas de governança ambiental, social e corporativa. Aborda a tributação no Brasil em relação ao princípio da preservação da empresa e investiga as alterações no Direito nacional e internacional nos últimos anos.





Relações Econômicas, Políticas Públicas e Tensões entre Autonomia Privada e Interferência Estatal

Inovação mais recente na Milton Campos, esta linha de pesquisa é focada nas relações cotidianas entre os cidadãos e o Poder Público, à luz das demandas por direitos básicos: livre iniciativa, desenvolvimento, sustentabilidade, participação democrática, acesso à internet, segurança pública, entre outros temas. Analisa ainda a dicotomia entre a autonomia privada e a interferência estatal.





Grupos de Pesquisa

Múltiplos grupos de pesquisa possibilitam ao aluno obter uma experiência acadêmica completa e interdisciplinar. São temas que reúnem uma ampla gama de tópicos em áreas relevantes para cada uma das duas linhas de pesquisa, entre eles aspectos tributários, sociais e culturais.

Os grupos fornecem a oportunidade de estudar áreas como litigância empresarial, digitalização, inteligência artificial, gestão do meio ambiente do trabalho e planejamento do patrimônio familiar.

Essa estrutura de grupos desempenha papel fundamental para o desenvolvimento das competências elementares para a formação de mestres cientes do caráter social do saber jurídico. Por meio deles, é possível explorar uma série de questões e gerar inovações importantes para o estudo do Direito.

Confira os grupos de pesquisa:

Linha 1

Direito Empresarial na Ordem Econômica Brasileira e Internacional

- 1 Novos paradigmas do Direito Empresarial concursal: aspectos materiais e processuais
- 2 Análise econômica da litigância empresarial e os impactos no sistema de Justiça
- 3 Digitalização, inteligência artificial e pesquisa jurídica a partir da pandemia da covid-19
- 4 Gestão do meio ambiente do trabalho

Linha 2

Relações Econômicas, Políticas Públicas e Tensões entre Autonomia Privada e Interferência Estatal

- 1 Sociedade, Estado e resiliência
- 2 O poder de tributar e seus impactos na sociedade contemporânea: fundamentos e perspectivas
- 3 A tutela da supraindividualidade e da ordem econômica em uma perspectiva constitucionalizada da intervenção punitiva
- 4 A Interdisciplinaridade entre Direito e Cultura – IDC
- 5 Planejamento e estruturação do patrimônio familiar

“Tenho acompanhado de perto a evolução do Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais e posso afirmar que se trata de um programa de excelência. O corpo docente é altamente qualificado e dedicado, proporcionando aos alunos uma formação sólida e atualizada. A ênfase em pesquisa incentiva o desenvolvimento de novas ideias e contribuições para o campo jurídico. O programa forma profissionais críticos e reflexivos, capazes de enfrentar os complexos desafios do mundo jurídico contemporâneo.”

Jason Albergaria

Professor do Mestrado da Faculdade Milton Campos

COM QUEM VOCÊ VAI ESTUDAR



André Rubião

Doutor em Ciência Política pela Universidade Paris 8, mestre em Filosofia do Direito pela Universidade Paris 2, já foi diretor do Centro de Estudos Sociais da América Latina, além de pesquisador ligado à Association Française de Science Politique e coordenador de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura de Belo Horizonte. É diretor do Centro Cultural Unime-BH Minas e colaborador da Conceito Editorial. Foi laureado com o Prêmio Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa, da Universidade de Coimbra, em Portugal.



Carlos Alberto Rohrmann

Doutor em Direito pela University of California – Berkeley (EUA), além de mestre em Direito pela University of California – Los Angeles (UCLA) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos e em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como advogado em Direito Digital e Propriedade Intelectual. Pesquisa inteligência artificial e coordena um projeto de software jurídico de IA e big data com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais.



Élcio Nacur Rezende

É doutor e mestre em Direito pela PUC de Minas Gerais. Fez investigação pós-doutoral em Direito na Universidade de Messina, na Itália, em 2015, e na Universidade Castilla - La Mancha, na Espanha, em 2020. É graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Administração pela PUC de Minas. Atuou como advogado e defensor público e é Procurador da Fazenda Nacional. Edita a revista Veredas do Direito (Qualis A1) e integra o conselho editorial do Corpo de Pareceristas de diversas revistas científicas. É membro fundador do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil, além de avaliador da Capes.



Fernanda Nigri Faria

É doutora e mestre em Direito Privado, na linha Direito do Trabalho, modernidade e democracia, na pós-graduação stricto sensu da PUC de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos, é juíza do trabalho substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3), além de associada fundadora do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais.



Frederico Breyner

É doutor e mestre em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com residência pós-doutoral. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e já foi pesquisador visitante na Universidade de Turim, na Itália, além de ter feito estágio-doutorado na University of California – Berkeley (EUA). Advogado tributarista, é especializado em gestão tributária pelo Centro Universitário Internacional (Uninter).



Henrique Abi-Ackel

Doutor em Direito Penal e Processual e especialista em vitimologia pela Universidade de Sevilha, Espanha, exerce o cargo de Desembargador da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG). Já atuou como coordenador de Ciências Penais na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF). É professor e pesquisador visitante da Universidade de Sevilha bem como membro do Comitê de Integridade do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Também é vice-presidente do Instituto de Ciências Penais (ICP) e integrante do Conselho Gestor da Escola Superior de Magistratura Desembargadora Jane Silva (AMAGIS/MG).



Jason Albergaria

Doutor em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordena o grupo de pesquisa sobre novos paradigmas do Direito Empresarial na Faculdade Milton Campos. É Procurador de Estado e oferece consultoria e atua na área contenciosa como advogado no escritório Jason Albergaria Advogados. Também é membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual e da Comissão de Direito Societário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



José Luiz de Moura Faleiros Júnior

Atualmente doutorando em Direito, Tecnologia e Inovação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui doutorado em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP), além de ser mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Advogado, exerce a função de supervisor acadêmico do curso de Pós-Graduação em Direito Privado, Tecnologia e Inovação da Escola Brasileira de Direito (Ebradi). É 1º Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc) e membro do Instituto Avançado de Proteção de Dados (IAPD).



Luciana Souza

É doutora em Direito pela PUC de Minas Gerais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também pesquisadora com Bolsa Produtividade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Advogada, escreveu a obra “Estrutura Lógica de Organização da Pesquisa Científica”. Foi laureada com o Prêmio Chico Ribeiro sobre Qualidade de Gasto no Setor Público em 2018 e, no ano anterior, ficou em segundo lugar no Prêmio Roberto Lyra do CONPEDI em parceria com a Associação Brasileira de Ensino do Direito.



Luciano Santos Lopes

Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professor da graduação e do programa de Mestrado da Faculdade Milton Campos. Advogado criminalista, é membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). Já foi presidente e agora é membro do Conselho de Honra do Instituto de Ciências Penais (ICP). Também é membro do Comitê de Compliance do Instituto Palestra Itália (IPITA).



Marcelo Veiga Franco

É doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de visiting scholar na University of Wisconsin (EUA). Especialista em Direito Público pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático, em parceria com o Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Coimbra, é especialista em Direito Tributário pela PUC de Minas Gerais. Atua como advogado e é Procurador do Município de Belo Horizonte, sendo diretor-presidente da Associação dos Procuradores Municipais de Belo Horizonte (biênio 2023-2025).



Ricardo Manoel de Oliveira Moraes

É doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também tem graduação em Direito pela Faculdade Milton Campos e em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Atuou como diretor de articulação com o sistema de Justiça da Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, além de coordenador da pós-graduação em Direitos Humanos da Escola Superior de Advocacia de Minas Gerais (ESA-MG). Integra as comissões de História do Direito e Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB-MG).



Tereza Mafra

É doutora, mestre e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC), leciona há 28 anos na instituição, onde é diretora-geral do Programa de Pós-Graduação. Fundadora do escritório Tereza Mafra Advocacia, atua há mais de três décadas como advogada.



Vinicius José Marques Gontijo

Doutor e mestre em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é advogado especializado em Direito Empresarial e coordena o grupo de pesquisa sobre novos paradigmas do Direito Empresarial. Já foi conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como representante por Minas Gerais. Também já atuou como professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Parecerista, é revisor da Revista de Direito Mercantil da Universidade de São Paulo.

“O mestrado conta com um corpo docente eclético, com um desembargador, diversos procuradores e advogados bem reconhecidos, além de professores com um perfil mais estritamente acadêmico. É um leque abrangente de profissionais em diversas áreas, o que permite um campo maior de interesse.”

André Rubião

*Coordenador do Mestrado em
Direito nas Relações Econômicas e Sociais*



Público-Alvo

O Mestrado abre o leque de oportunidades para profissionais oriundos de diferentes áreas, tanto para quem atua no mercado quanto para quem está na docência.

Confira para quem o mestrado é ideal:



Profissionais do
Direito que desejam
seguir carreira na
docência



Advogados que
trabalham de forma
autônoma na
advocacia



Graduados
em Ciências
Políticas



Economistas que
atuam em setores
jurídicos



Profissionais de
departamentos ju-
rídicos de grandes
companhias



Graduados em di-
ferentes cursos que
desejam prestar
concurso público

O mercado de trabalho

O Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais proporciona uma experiência acadêmica que solidifica competências e amplia as oportunidades dos egressos no mercado de trabalho em múltiplas áreas:

Docência

O curso é reconhecido por formar professores aptos a transmitir o conhecimento jurídico para novas gerações. No próprio corpo docente da Milton Campos, há profissionais que se formaram no mestrado desta faculdade.

Serviço público

O programa também abre portas para egressos que desejam construir carreiras na esfera pública, como magistrado, procurador ou com atuação no Poder Executivo.

Profissionais autônomos

O curso forma profissionais que buscam atuar de maneira autônoma, muitas vezes abrindo o próprio escritório de advocacia, no qual são aplicadas os diversos conteúdos aprendidos no mestrado.

Empresas privadas

O setor privado é outra área que pode atrair os futuros mestres em Direito nas Relações Econômicas e Sociais, com atuação em já estabelecidos escritórios de advocacia ou em departamentos jurídicos de grandes empresas.



O QUE OS EGRESSOS DIZEM

Rafael Baeta Mendonça

Professor da graduação na Faculdade de Direito Milton Campos e sócio do escritório Tereza Mafra Advocacia

"O Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais da Milton Campos foi, sem dúvida, um divisor de águas na minha carreira. No campo acadêmico, me preparou de forma excepcional para o desenvolvimento de artigos científicos, pesquisas e para o magistério. A FDMC oferece uma base sólida para quem deseja lecionar. Como egresso do mestrado, hoje sou professor e posso afirmar que essa formação foi essencial para minha trajetória. Além disso, o mestrado também impactou minha carreira como advogado, não apenas pelo networking com colegas e professores, mas também pelo conhecimento adquirido nas aulas e nas pesquisas que desenvolvi durante o curso."

Roberta Carlini

Head of Legal, Compliance, ESG e DPO da MedQuímica, farmacêutica do Grupo Lupin

"O programa oferece um conteúdo inovador e alinhado às demandas contemporâneas, com uma didática que realmente faz a diferença. Os professores são extremamente qualificados e dedicados, trazendo uma bagagem acadêmica e prática que enriquece as discussões e amplia nossa visão sobre os desafios do Direito na sociedade atual. Além disso, o networking proporcionado pelo curso é um grande diferencial. Tive a oportunidade de me conectar com profissionais e acadêmicos de diversas áreas, o que ampliou minhas perspectivas e abriu portas para novas oportunidades."

João Pedro Louzada Gonçalves

Professor de Direito Empresarial e Métodos Adequados de Solução de Conflitos da Faculdade Anhanguera de Contagem (MG) e advogado no escritório Nankran Mourão Brito Massoli

"O mestrado foi muito relevante em termos profissionais, pois me permitiu iniciar minha carreira como professor. Além de eu ter feito três semestres de estágio docente, o mestrado me permitiu participar do Núcleo de Estudos em Solução de Conflitos da faculdade, me proporcionando mais experiência no contato com os alunos e com a rotina de um professor. Em razão dessa experiência, quatro meses após o encerramento do mestrado consegui minha primeira vaga como professor efetivo em uma instituição de ensino superior."

ESTRUTURA DO MESTRADO

O curso tem duração de 2 anos, divididos em quatro semestres consecutivos, e o aluno deve estar apto a apresentar a defesa da sua dissertação de mestrado até o quarto semestre.

O mestrado preza pela flexibilidade, mas os discentes são orientados a concluir as disciplinas em dois semestres, para que tenham tempo para se dedicar somente à pesquisa e à redação da dissertação no segundo ano.

Ano 1

Disciplinas obrigatórias (45h cada uma):

- Constitucionalismo social e econômico sob a perspectiva do direito comparado
- Filosofia do direito
- Metodologia da pesquisa em direito e ciências sociais aplicadas

Para alunos da linha 1 de pesquisa

- Fundamentos do Direito Empresarial

Para alunos da linha 2 de pesquisa

- Democracia, Direitos Humanos
Autonomia Pública e Privada

Disciplinas optativas (devem ser escolhidas pelo menos quatro optativas)

- Análise econômica da litigância
- A atividade empresarial, seus riscos corporativos e a expansão da intervenção penal
- A tutela da supraindividualidade e seus aspectos político-criminais e econômicos
- Direito digital comparado, inteligência artificial, arte e propriedade intelectual
- Direito penal econômico e suas interfaces com o direito regulatório
- Funcionalismo sistêmico e análise político-criminal da tutela da supraindividualidade
- O patrimônio familiar entre a autonomia privada e a interferência estatal
- Responsabilidade civil e novas tecnologias
- Seminários em Reforma Tributária: IBS e CBS
- Seminários em teoria geral do direito tributário
- Tópicos avançados em direito falimentar
- Gestão do meio ambiente do trabalho

Ano 2

Pesquisa, redação e defesa da dissertação

PROCESSO SELETIVO DO MESTRADO

1. Pré-inscrição online

2. Envio de documentos

- Ficha de identificação
- Currículo Lattes contendo informações sobre publicações, participações em eventos (congressos, simpósios, colóquios, cursos) e atividades acadêmicas (iniciação científica, monitoria)
- Arquivo único com cópia dos documentos que comprovam as informações apresentadas no Currículo Lattes
- Cópia simples da carteira de identidade ou CNH
- Cópia do histórico escolar do curso de graduação
- Projeto inicial de pesquisa inserido em alguma das linhas de pesquisa e vinculada aos assuntos de pesquisa dos professores participantes do Programa.



O projeto de pesquisa do candidato(a) deverá apresentar o tema que pretende investigar, os objetivos do estudo, bem como sua relevância. Deve também descrever o método de pesquisa que pretende implementar. É importante que demonstre coerência com uma das linhas de pesquisa do programa.

3. Análise curricular, com base nos seguintes critérios

Análise do Projeto de Pesquisa	Até 70 pontos
Avaliação do Currículo Lattes	Até 30 pontos

“O Mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais da Faculdade de Direito Milton Campos conta com professores altamente qualificados. Pesquisando as tensões entre autonomia privada e interferência estatal, oferecemos um programa amplo que há mais de 25 anos vem formando recém-graduados, juízes, desembargadores, representantes do Ministério Público, servidores públicos em geral, titulares de cartórios, advogados e uma grande gama de outros profissionais. Em todas as pesquisas feitas com ingressantes e egressos, é muito expressiva a satisfação com a FDMC.”

Tereza Mafra

*Diretora da Faculdade de Direito Milton Campos
e diretora da pós-graduação da FDMC*



SAIBA MAIS SOBRE NÓS

✉ secretaria.mcampos@animaeducacao.com.br

☎ + 55 31 99539-5691

[CLIQUE PARA ACESSAR O SITE](#)